

ATA NÚMERO DOZE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas 10:00 horas, reuniu o Plenário da Assembleia Municipal na localidade de Nave de Haver – Junta de Freguesia de Nave de Haver, com a seguinte ordem de trabalhos:

I - Período antes da ordem do dia;

II - Ordem do Dia:

- 1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;
- 2- Apreciação e Votação da Descentralização Administrativa – Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Educação (Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro);
- 3- Composição do Conselho Municipal de Educação – artigo 57º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro - Eleição do Representante das Juntas/União de Freguesias;
- 4- Apreciação e Votação da Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias – (Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril);

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

A sessão teve início com a verificação das presenças, registando-se as ausências dos Senhores: Mariana de Almeida Estevão, Sónia Carvalho Pereira de Jesus Cunha e José António Isidoro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento do falecimento do Senhor Fernando Fortunato, antigo membro da Assembleia Municipal, durante muitos anos, pertencendo também ao Executivo da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira e por todos os serviços prestados à comunidade, propôs um minuto de silêncio em sua memória.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes, aproveitando para agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nave de Haver, por ter proporcionado que, esta Assembleia Municipal fosse realizada fora da sede do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, foi naquele espaço que, funcionou o Jardim de Infância e que hoje por falta de crianças, infelizmente está destinado a outras funções.

Aproveitou também para informar que, a próxima Assembleia Municipal de setembro será realizada na União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nave de Haver – José Florência da Cunha, o qual cumprimentou e desejou um bom dia a todos os presentes, referindo também que estava muito grato com o facto da Sessão da Assembleia Municipal se realizar no Jardim de Infância de Nave de Haver e informou de que, no final iria ser servido um almoço que inicialmente estava previsto para se realizar na Praça de Touros, mas que por motivo do falecimento do Senhor Fernando Fortunato, foi necessário alterar os planos, passando o almoço a ser servido no Restaurante Turismo, em Vilar Formoso.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém desejava pronunciar-se sobre a última ata da reunião da Assembleia Municipal.

Inscreeveu-se o Senhor – Prof. José Manuel Fernandes Gonçalves, solicitando que a sua ausência à última sessão da Assembleia não fosse considerada, uma vez que foi substituído pelo Senhor João Silvestre Alexandre Fabião.

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou à votação a Ata da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 26 de abril do corrente ano, a qual foi aprovada, por unanimidade.

Correspondência:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por ler um ofício da FENPROF, sobre o Decreto-Lei nº 21/2019 (Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais na Área da Educação), ficando disponível para consulta.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, seguidamente leu um documento da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata de Almeida, o qual refere o seguinte:

“A Comissão Política de Secção do PSD de Almeida no seguimento da presença da Polícia Judiciária nas instalações da Câmara Municipal de Almeida no decorrer de uma investigação de âmbito nacional, decidiu em reunião desta Comissão Política, manifestar todo e inequívoco apoio político e pessoal, e transmitir a confiança absoluta no autarca e no homem, Eng.º António José Monteiro Machado”.

I - Período antes da ordem do dia;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém desejava usar da palavra no período antes da ordem do dia.

Inscreeveram-se os Senhores - Miguel Santos Pinto, Dr.ª Catarina Manuel B. Vilhena de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom – António dos Santos Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Nave de Haver – José Florência da Cunha, António José Vieira de Frias, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso – Prof. Manuel José Fernandes Gomes, Prof. José Manuel Fernandes Gonçalves.

Pelo Senhor Miguel dos Santos Pinto foi dito que, quer em seu nome pessoal quer em nome da Concelhia Social Democrata de Almeida e ainda em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, expressar um voto de solidariedade política com Executivo Municipal e em particular com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeida, relativamente às notícias que envolvem o seu nome e o nome do Município na chamada operação “Rota Final”.

Mais referiu que, são contra a corrupção e contra a falta de transparência no ato político, condenando o julgamento em Praça Pública que decorreu à volta deste assunto, confiando na honestidade política do Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas ainda assim e no seguimento deste voto perguntam ao Senhor Presidente sobre qual o esclarecimento que lhes pode dar sobre este caso.

Em segundo lugar sugeriu a elaboração de um estudo sobre a melhoria e rentabilização dos ginásios dos Complexos de Piscinas Municipais de Almeida e Vilar Formoso para a hipótese de abrirem nas manhãs dos sábados e durante as férias de verão, quando regressam ao Concelho pessoas, nomeadamente estudantes que frequentam os Ginásios na sua área de residência durante o ano letivo.

Informou ainda que, questionou algumas pessoas sobre este assunto e é de parecer que qualquer umas das soluções traria mais utilizadores para os ginásios do Município.

Pela Senhora Dr.^a Catarina Vilhena foi perguntado sobre quais foram os motivos da Fonte Santa estar tanto tempo sem funcionar a 100% neste mês e meio após a sua abertura, tendo em conta que, os problemas surgiram logo após o funcionamento da primeira semana.

Perguntou também se foi acautelada a manutenção, uma vez que estiveram fechadas durante seis meses e poderia ter sido feita atempadamente.

Relativamente aos cartazes publicitários e outdoors e tendo em conta o que disse há um ano atrás que, a divulgação não estaria a ser feita nas melhores condições, porque houve eventos como a passagem do ciclismo, futebol internacional infantil e outros que não foram devidamente divulgados, mantém o que disse há um ano atrás, referindo que o cartaz respeitante às Comemorações do Feriado Municipal é miserável, não se conseguindo ver da A25 nada, a não ser escrito Almeida, não se conseguindo ver as datas nem qual é o evento.

Compreende porque a Câmara Municipal de Almeida, não tem realmente o pelouro de marketing e publicidade, mas da mesma maneira que se fazem avenças para a parte da Arquitetura, acha que já é altura de se fazer alguma coisa no campo de marketing e publicidade e neste momento, até temos muitos jovens no Concelho, formados, a fazer coisas muito engraçadas e não acha que venha mal ao Mundo que a Câmara faça uma consultadoria com esses jovens, achando até que seria muito importante para o Município.

A outra situação tem a ver com o desporto, porque gosta de futebol jovem e porque já alguns anos a esta parte se verifica que nos dois clubes que têm futebol federado, não há maneira de haver todos os escalões etários.

O Concelho já tem muitos poucos jovens e não é normal que tenham que, se dividir entre os dois clubes, tendo o mesmo escalão etário, e depois não haja escalões etários para os jovens, porque são tão poucos e depois não possam praticar desporto.

Tendo em conta que, os dois clubes sobrevivem à custa dos subsídios do Município, acha que aqui o executivo teria uma palavra a dizer e fazer com que houvesse um entendimento entre ambos de modo a que pudessem ter todos os escalões e todos os jovens pudessem vir a ter acesso ao desporto.

Sabe que existem muitas desculpas por parte dos Presidentes dos Clubes e neste momento ainda não se procedeu às inscrições dos escalões, achando que é altura para se fazer alguma coisa pelos poucos jovens que ainda temos, para poderem praticar o único desporto federado que é permitido no Concelho.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom – António dos Santos Fernandes, mais uma vez alertou para a segurança na estrada de Aldeia de São Sebastião, informando de que, não tem passeios e as linhas laterais já não existem.

Informou também que, na referida estrada ocorreu um grave acidente dada a alta velocidade do condutor, tendo batido num poste que acabou por partir.

Mais informou que, já tentou ligar para a EDP, mas ninguém o atende e como o poste e os cabos estão na via pública alertou para que, alguém tomasse a devida nota por questões de segurança.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nave de Haver – José Florência da Cunha, foi perguntado em que fase do projeto se encontra a Rua das Calejas, o Caminho Vale de Esquerdo, o esgoto a céu aberto que há vinte e seis anos que se anda a falar nele e onde ninguém pode ali passar principalmente no verão.

Outra situação é o ramal da entrada principal de Nave de Haver que representa uma cilada porque ninguém pode passar ali sem ser de carro, pelo que, gostaria de ver o assunto das águas pluviais devidamente resolvido.

Em relação ao Senhor Diretor de Departamento referiu que, tem a certeza que o Senhor Presidente da Câmara, lhe deu um Ferrari, mas não tem condutores para o conduzir porque lhe parece, que está tudo muito parado.

O Senhor António José Vieira de Frias em primeiro lugar manifestou a presença de todos na Freguesia de Nave de Haver, continuando a pensar que foi uma boa ideia de parte das Assembleias Municipais se realizarem fora da sede, sendo um prazer estar naquele edifício muito bem conservado, mas por outro lado sente tristeza tendo em conta o fim a que o mesmo se destinava nomeadamente ao acolhimento de crianças de qualquer forma é agradável ver a conservação do edifício, manifestando o agradecimento de todos à Junta de Freguesia de Nave de Haver pelo cuidado que tem tido com este tipo de equipamentos.

A outra questão e que já foi referida pelo Deputado Municipal Miguel Pinto referiu, sobre o processo de investigação que está a ser levado a efeito pela Polícia Judiciária à Câmara Municipal de Almeida, denominada “Rota Final”.

Tem ouvido algumas declarações de alguns Presidentes de Câmaras, mas o nosso Presidente de Câmara, ainda não o ouviu, pensando que, será esta a melhor ocasião para informar os membros eleitos, pensando também se não o deveria fazer para a população em geral, para não haver desinformação, no entanto, ele hoje esteve a pesquisar no Base Gov e não encontrou nenhum contrato publicado com a empresa Transdev.

Verificou que existem algumas diferenças, não sabendo em quantas empresas se divide a Transdev. Nas buscas feitas, só encontrou a Rodoviária da Beira Interior, mas

de qualquer forma o Senhor Presidente da Câmara, poderia dar essa informação, para todos poderem transmiti-la, sobre o que afinal aconteceu no Município.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso – Prof. Manuel Gomes foi solicitado no sentido de a Câmara Municipal oficial à Empresa Águas de Portugal, S.A., para que seja feito um aumento da pressão da água, na zona alta de Vilar Formoso nomeadamente junto à GNR e Avenidas de Vilar Formoso, por forma a resolver a falta de pressão nesses locais.

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeida, procedeu à resposta e esclarecimento das várias questões que lhe foram colocadas, começando por cumprimentar todos os membros presentes e em particular os da Junta de Freguesia de Nave de Haver, agradecendo-lhes a receção e aproveitou também para lhes dar os parabéns, assim como à Associação Recreativa por manterem vivas as tradições Taurinas em Nave de Haver e no Concelho.

Sobre a questão do Senhor Miguel Pinto, no que se refere à melhoria dos Ginásios e espaços Municipais referiu que, tem-se vindo a melhorar os espaços municipais e a dar-lhes mais corpo e mais utilização, presentemente está a decorrer a obra do Pavilhão Gimnodesportivo de Vilar Formoso.

Mais informou que, o ano passado houve o apelo para que se pudessem abrir as piscinas mais cedo e os ginásios e assim foi feito mas a utilização dos equipamentos não é aquela que deveria ser, a população não tem hábitos saudáveis de praticar desporto, referindo que, muita gente se calhar nunca entrou nas Piscinas Municipais, nem nos Ginásios, nem nas Termas e nem nos restantes equipamentos que estão ao dispor de todos.

Mais disse que, se houver um grupo que possa de alguma forma ser viável, porque existem muitas coisas que estão a funcionar e que estão numa fase de subsidiação, e não são viáveis as aulas que são dadas muitas vezes nos ginásios, se as turmas não tiverem pelo menos sete alunos. Nas Termas existe um corpo de funcionários que, trabalham e há muitos dias em que elas dão prejuízo para não dizer todos, mas são mantidos para dar acesso a que os cidadãos tenham a possibilidade de usufruir desses bens.

Em relação à questão levantada pela Dr.^a Catarina Vilhena, respeitante aos problemas das Termas da Fonte Santa e uma vez que o Senhor Vice-Presidente os tem acompanhado deixou para que ele prestasse os devidos esclarecimentos.

No que se refere à publicidade ele acha um exagero que se diga, o cartaz é miserável, até porque podemos não concordar com tudo, mas as opiniões são sempre ouvidas, reservando-se a manter a sua opinião que não concorda com a Dr.^a Catarina e não é só nesta matéria, mas em mais. O tema já foi falado numa Assembleia Municipal e a partir daquele momento começaram a não fazer a publicidade diretamente na Câmara Municipal, mas houve o cuidado de em vários cartazes fazer a contratação de técnicos ligados ao Marketing e no seu ponto de vista tem vindo a melhorar e irão melhorar ainda muito mais na comunicação, divulgação e na assertividade dos cartazes, é um caminho que tem que se percorrer e a sugestão que deu de alguns técnicos que estão a fazer estágio na Câmara Municipal, alguns projetos, até podem ser apresentados os trabalhos que estão a ser feitos e vão estar atentos e aproveita-se a qualidade e a capacidade e nesse âmbito concorda com a Dr.^a Catarina de se poderem utilizar esses

meios e capacidades das pessoas que sabem fazê-los e se forem do Concelho ainda melhor.

Em relação à questão do desporto concorda totalmente, no entanto, é um assunto que já vai sendo debatido há vários anos, até porque ele tem feito um esforço muito grande e fá-lo de uma forma bastante emotiva, porque é isso que o move, estar à frente de um projeto em que haja união que haja uma forma de olhar das diversas comunidades e não haja guerrilhas sem jeito nenhum que levam exatamente a isso, é como quando se forma uma equipa é preferível ter duas equipas do mesmo escalão e não existe uma união, mas não vem dos Presidentes dos Clubes, eles estão abertos a esse diálogo que já o fizeram várias vezes. Muitas vezes tem a ver com a população e com aquilo que lhe é transmitido e acha que é uma coisa que deve acabar e as provas da união e as provas têm sido feitas, dando o exemplo da questão da Banda da Malhada Sorda que foi atuar à Freineda, a banda volta atuar nas Festas da Freineda e que exemplo temos que dar sobre esta questão, que se esqueçam essas barreiras e esses ciúmes bacocos que não levam a lado nenhum.

A Dr.^a Catarina Vilhena disse que, não havendo essa possibilidade nunca foi dada essa oportunidade, porque a não haver escalões como é que são as guerrilhas que destroem um e outro clube, não a questão é só essa. Acha muito bem, aliás acha que devia de haver escalões um em cada clube de maneira a que os jovens de todo o Concelho pudessem ir ou para Almeida ou para Vilar Formoso, em escalões separados para que todos pudessem jogar e assim fomentar essa tal união.

O Senhor Presidente da Câmara e em forma de conclusão informou de que, ainda no fim de semana passado tiveram uma ação de apresentação do Sporting Clube de Vilar Formoso em que foram apresentadas as equipas e neste momento o Clube de Vilar Formoso, conseguiu apresentar as camadas todas, tiveram a ousadia e a galhardia de serem campeões distritais e assumiram que não têm condições de levarem a equipa ao Nacional. O Senhor Presidente não concorda, mas tem que se render às evidências, não há Atletas suficientes, tem que se fazer o esforço o qual passa também pelo diálogo, e é essa mensagem que tem transmitido.

Mais referiu o Sr. Presidente que, no final passa a palavra ao Senhor Vereador Dr. Alcino para se quiser também falar sobre o trabalho que tem sido feito e sobre o incentivo do desporto escolar e de formação. Sabe que a parte dos Séniores continua a ser importante para o convívio de domingo e para a participação, porque ele de vez em quando também vai a esses jogos e também sabe que, nos jogos das camadas jovens há mais gente do que nas camadas Sénior, sendo também certo que existem jovens fora da idade de 18 anos que continuam a gostar de praticar desporto.

Informou também que, se está a melhorar o Pavilhão Gimnodesportivo de Vilar Formoso e existe em orçamento, também a melhoria do Pavilhão Gimnodesportivo de Almeida, nomeadamente para a conservação exterior, porque embora por dentro esteja em boas condições, por fora está a precisar dessa intervenção, tendo em conta que é a alternativa que vem a seguir. Olhou para o número de atletas que estavam nas Escolinhas e chegou à conclusão que não dá para fazer uma equipa de infantis e iniciados, pelo que terão que apostar no futebol de salão para manterem a parte desportiva.

O Senhor Vereador Dr. Alcino Morgado, começou por reforçar a ideia que ele está completamente de acordo com o Senhor Presidente, no entanto, a grande dificuldade e também em concordância com os Senhor Presidente explicando que, no ano passado teve o cuidado antes de se iniciar a época desportiva, falou com os Presidentes e alguns membros da Direção e eles já nessa altura lhe manifestaram dificuldade. Tinha havido abertura por parte deles tinham inclusivamente falado e acertado quais as camadas jovens de um lado e outro, mas a verdade é que existe muita relutância por parte dos progenitores e não por parte dos atletas. Este ano já teve o cuidado de conversar com eles, tendo já uma reunião marcada para esse efeito, sendo mais uma tentativa porque ainda se está a tempo, mas quer de um lado quer do outro eles até tremem quando se fala do assunto. Mais informou que, existem miúdos de Almeida que querem ir para Vilar Formoso e miúdos de Vilar Formoso que querem vir para Almeida, porque querem jogar futebol, mas depois os pais não os deixam. É um trabalho que está a ser feito, esperando que os progenitores os deixem, podendo ser que depois de estar a “roca a andar”, se possa conseguir todos os anos esse efeito.

Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom o Senhor Presidente da Câmara disse que, em relação ao poste foi tomada a devida nota e relativamente à marcação da estrada existe um plano que está a ser implementado, assim como o das lombas. Informou que, o concurso já está adjudicado, encontrando-se identificadas as localidades de Aldeia de São Sebastião e as Freguesias de Malhada Sorda, Miuzela, Vale da Mula, Vale de Coelha. Em relação às lombas vão continuar a fazer e irão ser feitas noutros locais onde se verifique ser necessário. Esclareceu que, foi feita uma experiência em Almeida, com resultado eficaz, sendo esta a metodologia que se irá seguir.

Em relação às questões do Senhor Presidente da Junta de Nave de Haver, o Senhor Presidente da Câmara, informou que, os projetos estão na fase de conclusão e é sua intenção lança-los quanto antes e está a referir-se à Rua das Calejas e à Rua da Fonte dos Moiros que têm o problema de saneamento.

Quanto à Rua do Vale Esquerdo, ainda vai ser necessário fazer o levantamento e respetivo projeto, parecendo-lhe que vai ser mais simples.

Disse também e o Senhor Presidente de Junta não falou sobre isso, mas ele quer falar, porque fez ali um desafio em relação ao acesso do ramal de Nave de Haver, porque tem problemas de drenagem, houve ali várias ligações de saneamento de água de vários particulares, sendo verdade que o acesso não está nas melhores condições, mas também não está todo degradado, no entanto, fica a anotação.

No que diz respeito à Praça de Touros, sabe que é uma reivindicação da população, sabe que a Praça precisa de uma intervenção, afirmando que se irão resolver estas questões que considera prioritárias.

Em relação à Praça de Touros disse que, ainda vão ter tempo de lhe dar um arranjo, até porque é aficionado às Corridas de Touros, gosta desta tradição e vai fazer tudo para a manter, assim como outras tradições.

Sobre a questão da pressão de água colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Vilar Formoso, ontem mesmo teve uma reunião com o Diretor Departamento, porque recebeu uma comunicação, tendo a pessoa pedido que não fosse divulgado o nome, mas irão fazer averiguações, porque pode haver problemas de roubos ou utilização indevida de água, mas irão estar atentos.

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Engenheiro Francisco Xavier, relativamente aos problemas de pressão de água de Vilar Formoso, concretamente na Zona Alta, informando de que resulta de um facto simples que é a falta de caudal suficiente da responsabilidade da empresa que gere o Abastecimento de Água ao Concelho de Almeida.

Por outro lado e conforme já disse o Senhor Presidente da Câmara, nota-se que nesta época de estiagem existem abusos de gastos de água excessivos e era bom não só para o Presidente de Junta de Vilar Formoso, como também para os outros Senhores Presidentes, no caso de notarem algum abuso por parte de utilizadores indevidos, agradecia o favor de comunicarem à Câmara, que é para esta poder atuar, uma vez que os Senhores Presidentes estão no terreno e mais próximos das pessoas e têm diálogo mais intenso com elas e era bom que todos colaborassem para que, na medida do possível, procurassem controlar o caudal da água que, todos os anos é escasso.

Pelo Senhor António Frias foi perguntado, se este problema da falta de água em alta tem ou não a ver com o depósito de água que sempre existiu.

O Senhor Engenheiro Francisco Xavier informou que, na época de verão e com as regas desnorteadas que as pessoas fazem com que o caudal que chega em alta não é o suficiente para o consumo, tem a ver com isso, a par da situação inerente, aos furtos que acontecem.

Mais esclareceu que, a pressão em Vilar Formoso, se o reservatório estiver cheio e houver equilíbrio na zona baixa de Vilar Formoso, Rua do Comércio, e margens esquerda e direita, do Centro Histórico, porque Vilar Formoso tem uma rede única, tem dois reservatórios, um no Alto dos Pinhos e outro junto à GNR, porque as pessoas são as mesmas, começa o verão e com ele os problemas, daí que a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A., têm vindo a criar soluções.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, independentemente da justificação dada pelo Senhor Engenheiro Francisco Xavier, as pessoas durante o ano vão-se queixando da falta de pressão da água.

O Senhor Presidente da Câmara, informou que, a partir de maio começam a surgir esses problemas, a falta de pressão na Parada, Miuzela, Vilar Formoso, Naves e Freineda é para resolver essas questões, tem que ser desenvolvidos esses estudos.

Informou de que esteve reunido com a EPAL, dando conhecimento desses mesmos problemas à Administração a quando da reunião, por motivo da dívida.

Posteriormente é o problema do saheamento que está como prioritário para resolver como são os casos de Parada, Aldeia de S. Sebastião e Freixo, estando também a desenvolver-se estudos para se poder dar resposta a estas questões.

Relativamente às Termas da Fonte Santa, o Senhor Vice-Presidente José Alberto, informou que, se já era um estabelecimento hospitalar hoje devemos-lo designar como tal ainda mais porque, como é sabido existem as participações do Serviço Nacional de Saúde. No final do ano de 2018 e aliás em todos os finais de cada ano é apresentado um relatório de anomalias que necessitam de manutenção e reparação, tendo tudo isto sido feito nesses meses de encerramento, no entanto, como a água é corrosiva é compreensível e fruto de doze anos de utilização vão consecutivamente aparecendo desgaste de materiais, nomeadamente motores, torneiras (e que não são torneiras normais de uma casa de habitação), desgaste de canalizações, balões,

aparelhos eletrónicos e todo isto pesa, embora tenha sido acautelado apareceram avarias, estando até com receio porque recentemente avariaram-se dois aparelhos eletrónicos que medem o potencial REDOX e a medição do PH, que possam por em causa novamente a reabertura das Termas.

Informou também e para conhecimento que, cada vez que existe um problema associado a isto e que ponha em causa o rigor das análises da água a reabertura implica ter três análises seguidas consecutivas de boa qualidade da água, portanto não podem ser abertas com o simples facto de arranjar o motor ou apertar três ou quatro parafusos. Esclareceu que o Serviço Nacional de Saúde os acompanha permanentemente, e ainda bem, existindo timings rigorosos a cumprir, o que dificulta por vezes a reabertura, não é nada de grave, mas dificulta efetivamente a reabertura tendo em conta o plano de rigorosidade pelas condições técnicas e exigências da Lei.

Mais informou de que, não é por acaso que a Senhora Dr.^a Delegada de Saúde da Guarda é utente das Termas da Fonte Santa de Almeida, não residindo cá conhece todas as Termas do Distrito, mas é utente das Termas de Almeida.

Por fim referiu que é motivo de orgulho o trabalho que se está a desenvolver nesse campo do rigor.

No que respeita aos outdoors e marketing considerou que, a intervenção da Dr.^a Catarina Vilhena, foi um pouco agressiva e injusta, porque a ausência de marketing não lhe parece que o marketing se possa medir, só porque um outdoor na A25 esteja mal, os outdoors que estão neste momento elaborados têm sido feitos através de consultas diversas a entidades especializadas na matéria e esta é bastante especializada na matéria e reconhecida a nível de Lisboa. No seu ponto de vista os outdoors estão bonitos e estão bem e com qualidade, tem-se é que fazer a distinção de um outdoor de proximidade de um outdoor de auto-estrada, reconhecendo de facto que neste ponto tem razão e já chamou a atenção à própria empresa, porque esses outdoors de proximidade e se analisar o outdoor de Almeida e de Vilar Formoso, vê-se claramente a informação que lá está e portanto, são outdoors de proximidade que não devem ser colocados na A25 esta é que é a diferença.

Quanto à questão de ausência de Marketing há cada vez mais notoriedade da marca e a Câmara tem Técnicos de Marketing, mas não só são os Técnicos de Marketing que estão associados à Câmara, são Técnicos de Marketing das Termas, Técnicas de Marketing das Aldeias Históricas, tendo sido agora reconhecido como um estímulo da biosfera destination com selo de marca internacional reconhecido, estando as Aldeias Históricas, reconhecidas a nível internacional. Não sabe se tem reparado no trabalho da Câmara a nível de promoção em revistas especializadas, jornais internacionais, rádio, redes sociais, feiras e em tantas outras coisas, pelo que, o que disse a Dr.^a Catarina é uma injustiça de tal ordem que se está a pôr em causa os Técnicos dos diversos organismos, porque sempre que vir e conversar com as pessoas de Almeida, certamente, ouvirá que cada vez há mais pessoas a visitar Almeida, milhares e milhares de pessoas, dizendo-lhe também que, e não se irá enganar, se disser que o ano de 2019, vai ultrapassar todos os records de visitas de turistas, o que quer dizer que há trabalho de marketing, explicando que, o marketing não se avalia só por um determinado indicador, mas sim através de um observatório indo através dos agentes locais, analisando qual o impacto que os eventos têm e a sequência dos alojamentos da taxa de ocupação.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, sobre a questão do processo “Rota Final” que veio a público, fez uma transcrição daquilo que foi obrigado a assinar, porque deve essa obrigação e que os intervenientes foram devidamente notificados de que o inquérito se encontra sujeito a segredo de justiça, pelo que, não podem divulgar a ocorrência do presente ato processual e dos seus termos sob pena de responsabilização legal.

Mais referiu que, ele não pode, mas pode logo estar toda a gente associado em toda a comunicação social, com todos os detalhes daquilo que aconteceu. Disse que a sua conduta pessoal e profissional se pauta sempre pelo interesse público e pela garantia do serviço público de forma honrada e transparente, colaborou em tudo em que lhe foi solicitado e está convicto que, as dúvidas vão ser dissipadas. Informou que a Câmara Municipal de Almeida, tem dois relacionamentos contratuais com a Empresa que também foi divulgada, no projeto Almeida Sim. A Transdev é a empresa que foi divulgada e concorrente ao concurso aberto por consulta prévia e que está a funcionar dessa forma com um contrato válido até novembro deste ano e um contrato de parceria feito com essa empresa para os Transportes Escolares, em que são feitos vários circuitos e é remunerada pelos mesmos que, são feitos pelo trabalho realizado e garantia dos transportes escolares, sendo essa a relação contratual que existe com a Empresa Transdev. Não forneceu mais pormenores, porque esses estão numa fase de investigação esperando que, a investigação seja rápida e que sejam dissipadas todas as dúvidas que foram levantadas, não só por ele, mas por todos os envolvidos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, ele não vai inibir-se em falar porque não está sob segredo de justiça, referindo que, nos doze anos como Vereador e outros tantos como Presidente de Câmara, desde sempre e já foram herdados de executivos anteriores que, tiveram contratos com a Rodoviária que levaram com que o Tribunal de Contas numa inspeção que houve ao Município, após o Dr. José da Costa Reis ter tomado posse como Presidente de Câmara e em que, tivemos de suspender esses pagamentos à então Rodoviária da Beira Interior, porque havia incorreções com a contratualização, tendo essa empresa metido a Câmara em Tribunal, sendo condenada para lhe poder pagar.

Referiu que, a partir dessa data foram feitas sempre contratualizações com a referida empresa dentro da legalidade e que aliás houve várias inspeções e nunca foram alertados, parecendo-lhe que e não é advogado de ninguém que, existe ali uma questão tripartida, infelizmente neste País é assim, é um problema da Imprensa, Ministério Público e Polícia Judiciária. Os grandes problemas neste País, não se resolvem, não têm competência e poderes para lá chegar, porque nós ouvimos diariamente a Imprensa dizer o que está a acontecer e esses problemas não se resolvem nem o Ministério Público, nem Polícia Judiciária resolve e depois ocupam-se com estas coisas. Acha muito bem que se investigue, mas não se deve atuar desta maneira. O Senhor Presidente da Câmara está sujeito ao segredo de justiça e os elementos que fazem a investigação? O Ministério Público, a Polícia Judiciária, estão também sujeitos a segredo de justiça, então pergunta-se como é que a Imprensa sabe destas coisas e como vão parar à Comunicação Social, com a agravante de serem mal-esclarecidas, porque o Presidente da Câmara de Almeida, neste momento, não está constituído arguido. É evidente que alguns estão constituídos arguidos, mas até que sejam julgados são considerados inocentes, mas o Presidente da Câmara Municipal de Almeida não está, dos que foram alvo desta investigação, no entanto, estão todos na Praça Pública.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, se ele fosse Presidente da Câmara já tinha feito um esclarecimento à população, porque quem não deve não teme, porque este assunto preocupa não só as pessoas residentes como as que estão fora e naturais do Concelho e não é justo que seja tudo metido no mesmo saco. Considera que, mesmo aqueles que foram constituídos arguidos se defendam lamentando a maneira como a Justiça funciona neste País. Não sabe se este Executivo se irá recandidatar às eleições, mas se até lá as coisas não ficarem resolvidas, com que cara de suspeição e de dúvida estas pessoas se vão apresentar ao eleitorado? É seu entender que deve haver uma reação contundente e mais enérgica, porque o Ministério Público e Polícia Judiciária, não podem atuar como querem que façam as investigações como devem ser feitas e que apurem a verdade, mas que não metem tudo no mesmo saco. Se uns foram constituídos arguidos e outros não é porque há vários patamares ou escalões, dentro do que eles consideram que podem ser essas ilegalidades ou por ventura crimes, mas que a Justiça funcione nesse sentido. No caso concreto de Almeida crime não há, mas pode haver irregularidades o que muitas vezes existe no sistema de Contratação Pública, mas segundo o seu ponto de vista nem isso existe.

Mais referiu que, os transportes de Almeida, implicam uma verba que rondará quase quatrocentos mil euros, o Sabugal oitocentos mil e para estes valores deverá optar-se por um Concurso Público que, será mais transparente, mas segundo o seu ponto de vista e a Lei o permite no artigo 19º, não sabe o que vai acontecer no próximo ano e como cidadão e como membro desta Assembleia está muito apreensivo e preocupado, porque isto vai certamente ter outra forma de encarar esta questão e se se optar pelo Concurso Público e como não nos podemos comparar a Lisboa ou Porto, porque estamos no Interior do País, corre-se o risco de termos o início do ano letivo muito atribulado, se houver concurso público o mesmo poderá ficar deserto, no entanto, terá que ser esta a solução, porque olhando para o nosso território tínhamos três empresas - Os Lopes - Figueira de Castelo Rodrigo, que já não existe, a Transdev e a Viúva Monteiro e não conhece mais nenhuma.

Seguidamente passou a ler o artigo 19º por uma questão que até vai ser abordada nesta Assembleia Municipal e que está na ordem de trabalhos que é aceitação ou não aceitação da delegação de competências do Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro e que diz o seguinte: “O plano de transporte escolar inclui obrigatoriamente:

- a) A área abrangida, representada em planta à escala adequada;
- b) Os itinerários dos meios de transporte coletivo de passageiros;
- c) A numeração e classificação oficiais, ou designação toponímia, das vias de comunicação a percorrer;
- d) A distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino, devidamente assinalados;
- e) A projeção quantificada da procura por locais de origem;
- f) Os meios de transporte a utilizar;
- g) Os circuitos especiais, existentes ou a criar, sempre que os meios de transporte coletivo não satisfaçam regularmente as necessidades de transporte no que se refere ao cumprimento dos horários escolares, ou que impliquem, para os alunos, tempos de espera superior a 45 minutos ou deslocações superiores a 60 minutos, em cada viagem simples.

2 – O plano de transportes escolares, nos municípios ou nas entidades intermunicipais de maior dimensão territorial ou densidade demográfica, pode ser subdividido em planos circunscritos a áreas territoriais mais limitadas, conquanto o

conjunto dos planos aprovados em cada município ou entidade intermunicipal abrangem a totalidade da área geográfica respetiva”.

Tendo em conta a interpretação do Diploma o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, segundo a nossa dimensão territorial o concurso pode ser subdividido, conforme é referido no número 2 e alínea g) do número 1 do artigo 19º., em função do tempo de espera dos alunos.

Pelo Senhor Vice-Presidente José Alberto Morgado foi acrescentado que, também teve o cuidado de ler o Decreto-Lei e a Direção Geral dos Transportes Terrestres no Conselho Consultivo que é constituído pelo Presidente da Câmara ou por quem delega, pelo Diretor do Agrupamento de Escolas e por convite da Direção Geral de Transportes Terrestres, indicam as empresas da região que estão em condições de poder fazer os transportes escolares e os transportes públicos, ou seja são carreiras mistas com as duas componentes.

O Senhor Presidente da Câmara, para concluir esta questão fez um agradecimento público à Concelhia do PSD e também à JSD, na pessoa do Senhor Miguel Pinto por ter mostrado confiança na sua pessoa. Sabe que muita coisa está ainda em causa, esperando justiça e a que a investigação seja rápida e que sejam esclarecidas essas dúvidas e conforme foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, manifestou a sua preocupação em relação ao concurso dos transportes escolares do corrente ano letivo.

II - Ordem do Dia:

1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;

À data de 06/06/2019, a receita do Município regista o valor de 8.213.564,00 €, com um grau de execução de 44,4%, sendo a despesa de 4.249.797,00 €.

A dívida a Fornecedores e Outros Credores é de 68.275.00 € e a Instituições Financeiras é de 1.598.511,00 €, esta de médio e longo prazo.

A Câmara encontra-se equilibrada financeiramente tanto a nível de curto prazo como de longo prazo.

A Câmara mantém o equilíbrio orçamental, previsto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual.

O Senhor Presidente da Câmara, informou ainda que foram lançados dois concursos públicos um para a instalação dos contadores dos códigos das estações de bombagem e o outro para a instalação da Balança do Parque Industrial, tendo ambos ficado desertos pelo que irão voltar a lança-los.

2-Apreciação e Votação da Descentralização Administrativa – Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Educação (Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro);

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu, analisado convenientemente o assunto e tendo em conta o défice de informação e considerando que existem ainda questões por esclarecer e considerando

também que, a Câmara ainda não está preparada para exercer esta competência, sugeriu recomendar à Assembleia Municipal a não aceitação da transferência da competência relativa à Educação, para o ano letivo 2019/2020.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro que concretiza a transferência para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação a votação, tendo sido votada a sua não aceitação de transferências, por unanimidade.

3- Composição do Conselho Municipal de Educação – artigo 57º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro - Eleição do Representante das Juntas/Uniões de Freguesias;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi referido que, o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais e regula também a composição, competências e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, revogando a legislação anteriormente existentes sobre esta matéria. Nos termos do disposto no artigo 58º do referido diploma legal “O Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara Municipal”.

Assim e tendo por referência o previsto no artigo 57º do Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, propõe-se que o Conselho Municipal de Educação de Almeida tenha a seguinte composição:

1

- a) O Presidente da Câmara Municipal;
- b) O Presidente da Assembleia Municipal;
- c) O Vereador responsável pelo Pelouro da Educação;
- d) O Presidente de Junta de Freguesia, **eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho;**
- e) O Representante do Departamento Governamental responsável pela área da Educação;
- f) O Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- g) O Diretor do Agrupamento de Escolas de Almeida;

2 - Integram ainda o Conselho Municipal de Educação os seguintes representantes:

- a) Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público;
- b) Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público;
- c) Um Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Pública;

- d) Um Representante do Conselho Pedagógico;
- e) Dois representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação (em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Almeida e da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Vilar Formoso);
- f) Um Representante da Associação de Estudantes;
- g) Um Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que desenvolvam atividade na área da educação;
- h) Um Representante dos Serviços Públicos de Saúde;
- i) Um Representante dos Serviços da Segurança Social;
- j) Um Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional;
- k) Um Representante das Forças de Segurança;
- l) Um Representante do Conselho Municipal de Juventude.

O Senhor Prof. José Manuel Gonçalves, perguntou e uma vez que foi rejeitada a transferência de delegação de competências do Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro se a Assembleia é mesmo obrigada a votar a alteração à Composição do Conselho Municipal de Educação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que é seu entendimento que pode rejeitar-se a delegação de competências, mas não podemos rejeitar o Decreto-Lei e mais se o outro sai revogado no final do ano letivo segundo a nova legislação o Conselho Municipal de Educação tem que reunir três vezes por ano, ou seja no início do ano letivo e no final do ano letivo e outra quando considerar oportuno segundo a nova legislação porque a Assembleia Municipal não tem autonomia para suspender nenhuma Lei.

Assim sendo havia necessidade de votar o Conselho Municipal de Educação e eleger um representante das Juntas/União de Freguesias.

Pelo Senhor Professor Gonçalves foi dito que, continua com dúvidas e que procurou na Internet Municípios que tivessem feito isto e não encontrou nenhum caso a nível Nacional, no entanto, chamou a atenção porque efetivamente o Conselho Municipal reúne para fazer uma avaliação global daquilo que foram as políticas educativas do Conselho, não obstante chamou a atenção para um pormenor, dizendo que tudo aquilo que é representação de professores tem que ser feito por atos eleitorais, daí que vai demorar o seu tempo.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a nova composição do Conselho Municipal de Educação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

Relativamente ao representante dos Presidentes de Juntas/União de Freguesias o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém tinha alguma proposta, tendo o Senhor José Guilherme da Silva Abranches, proposto à mesa o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, Prof. Manuel José Fernandes Gomes.

Não havendo mais nenhuma lista passou-se à votação da mesma por voto secreto, tendo sido nomeado o Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, Prof. Manuel José Fernandes Gomes, por maioria.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso – Prof. Manuel Gomes, agradeceu a confiança depositada na sua pessoa, referindo que, estará sempre disponível para representar as diversas Juntas/União de Freguesias no Conselho Municipal.

4- Apreciação e Votação da Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias – (Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril);

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual informou que, no dia 5 de junho do corrente ano, reuniu com as Juntas/União de Freguesias, sobre o presente assunto, no sentido de aferir a aceitação ou não das transferências de competências da Câmara Municipal para as Freguesias/União de Freguesias.

Depois de referir quais as competências a transferir, nos termos do artigo 2º da referida legislação, deu a palavra aos representantes das Juntas/União de Freguesias, no sentido de assim se poderem pronunciar. Da discussão havida, resultou que os representantes das Juntas/União de Freguesias, por unanimidade, não aceitaram as competências a transferir, uma vez que não têm condições, nem financeiras, nem a nível de pessoal e material para as exercerem. Mais afirmaram, que as referidas competências, têm natureza estruturante para o Município, e que deve ser a Câmara Municipal a exercê-las. Exortaram ainda a Câmara Municipal a sua política de delegação de Competências das Associações de Freguesias.

O Senhor Presidente da Câmara, informou também que, este processo das transferências de competências foi um bocado precipitado e não foi bem explicado nem foram ouvidas devidamente, nem as entidades, porque a Associação de Municípios, foi ouvida, mas talvez nem todas tenham dado os contributos que deviam dar. O Senhor Presidente disse que, quando se apercebeu da delegação de competências da Câmara nas Juntas de Freguesias, marcou logo uma reunião no Município com todos os Presidentes, no sentido de os auscultar sobre esta matéria, informando a Assembleia Municipal que, as competências em questão de delegação, são aquelas ou quase todas que, estão delegadas nas Associações de Freguesia nos Contratos de Execução e nos Contratos de Delegação de Competências que foram feitos com as Associações de Freguesias e Juntas/União de Freguesias, e tirando a parte do licenciamento que pode trazer problemas de funcionamento e saber como é que as questões são processadas. Todos redigiram a ata da reunião que disponibilizou para conhecimento da Assembleia Municipal, Câmara Municipal e para que todas as Juntas/União de Freguesia, tivessem conhecimento, a fim de cada uma delas, levar aos órgãos respetivos a não aceitação, para depois ser efetivada a decisão, da parte da Câmara e das Juntas/União de Freguesias, faltando levar o assunto a reunião de cada uma das Junta de

Freguesia/União de Freguesias e Assembleias de Freguesia, para deliberarem, sobre a não aceitação da transferência das competências.

O Senhor António Frias informou que, os Senhores Presidentes/Uniões de Freguesia têm que informar e enviar a ata da Assembleia de Freguesia à DGAL, sobre a não aceitação das competências da Câmara nas Juntas de Freguesia/Uniões de Freguesias. Sobre o Decreto-Lei disse que, cada vez mais na sua perspetiva, os responsáveis por fazer a Lei não conhecem mesmo o nosso País, se tem algum sentido e bastante sentido em certas áreas têm que começar a ver as coisas de outra maneira, porque Portugal não é só Lisboa e os grandes centros e sinceramente, a grande parte das competências que estão no Decreto-Lei que deviam estar nas Juntas de Freguesia, mas infelizmente as nossas Freguesias, não tem estrutura e capacidade para as poder suportar e prestar o serviço às populações. Estranha muito que a Associação Municípios e se a Associação Nacional de Freguesias, foram ouvidas e se as próprias Associações não têm essa visão do País, ou estamos muito mal representados, ou então não sabe porque concretamente quem legislou desta maneira não conhecesse minimamente o Interior do País, porque este Decreto-Lei não tem aceitação e com o devido respeito não foi feito para nós.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom, concordou com as palavras que o Senhor António Frias disse, porque segundo a leitura do Decreto-Lei a referência é Lisboa. Relativamente aos recursos humanos e os recursos financeiros referiu que, caso o Decreto fosse aprovado a Câmara, tinha que nomear um funcionário para cada Junta/União de Freguesia e em termos de recursos financeiros se fosse aprovado tinha que se informar a DGAL, no entanto, existe uma diferença é que neste momento as Juntas/União de Freguesia, estão a pagar 25% do funcionário que temos e neste caso não se pagava, porque o funcionário que fosse para a Freguesia, o vencimento teria que ser suportado pela Câmara.

Mais informou de que a Junta e Assembleia de Freguesia já fizeram as respetivas reuniões, perguntando se é para as fazerem chegar as atas à Câmara ou se têm que enviar até 30 de junho de 2019, as duas atas para a DGAL.

O Senhor Presidente da Câmara, informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom e ao mesmo tempo aos outros elementos presentes que têm que enviar para a DGAL e dar conhecimento também à Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento a votação, tendo o mesmo, sido aprovado por maioria sobre a não aceitação.

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Manuel Cerdeira Gonçalves, informou de que já tinha sido membro da Assembleia de Freguesia e tem conhecimento do que se está a passar em Nave de Haver. Referiu que existe uma anomalia e que se arrasta há muitos anos na Rua da Fonte dos Moiros, e que se trata de um esgoto a céu aberto o que é escandaloso e inadmissível que isto aconteça há tantos anos sem haver ninguém que ponha cobro a

esta situação, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara para que proceda em conformidade para resolução do problema.

Apelou para que se trabalhe mais em prol da Freguesia, porque quando chega a campanha eleitoral, toda a gente espera que se faça algo mais. Pediu também para que façam um pequeno esforço e sejam dadas mais oportunidades ao Presidente de Junta de Freguesia, que considerou muito corajoso e que pese embora não tenha muitos estudos sabe trabalhar, agradecendo que lhe dessem força e o ajudassem um pouco mais para poder fazer parte da resolução dos problemas da Freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara, informou que as prioridades estão definidas e até foi mais longe do que aquilo que foi falado. A questão da Fonte de Moiros e a das Cancelas, há muito tempo que foram definidas como prioridades e adicionou a da Fonte do Berço e também a Praça de Touros. Foram alguns dos projetos com que se apresentou ao eleitorado e quer que eles sejam executados o mais breve possível para depois, se fazer uma ou outra melhoria.


Informou também que, os Presidentes de Juntas podem sempre contar com ele e que existem programas aos quais os Presidentes se podem candidatar, assim como ao Protocolo da Delegação de Competências. Sabe que existem realmente dificuldade, mas não podem chegar a todas, há que definir prioridades e em primeiro lugar o arranjo das ruas e depois outras intervenções. Por fim agradeceu a simpatia do Senhor Manuel Gonçalves.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, quando eram 12:30 horas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão que, juntamente com a 1ª. Secretária e 2º. Secretário subscrevem.

O Presidente da Assembleia Municipal,



A 1ª Secretária,

O 2º Secretário,

